UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

INDIRA CAROLINA SILVA COSTA

LIMITAÇÕES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: A APICULTURA COMO ESTUDO DE CASO PARA EVIDENCIAR LACUNAS E POTENCIALIDADES

MOSSORÓ
2025

INDIRA CAROLINA SILVA COSTA

LIMITAÇÕES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: A APICULTURA COMO ESTUDO DE CASO PARA EVIDENCIAR LACUNAS E POTENCIALIDADES

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Elisabete Stradiotto Siqueira, Profª. Drª.

MOSSORÓ

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

C8381 Costa, Indira Carolina Silva.
Limitações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no alcance do desenvolvimento rural sustentável: A apicultura como estudo de caso para evidenciar lacunas e potencialidades / Indira Carolina Silva Costa. - 2025.
46 f. : il.

Orientadora: Elisabete Stradiotto Siqueira.
Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Administração, 2025.

1. Apicultura familiar. 2. Desenvolvimento rural emancipatório. 3. Sustentabilidade territorial. 4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5. Semiárido potiguar. I. Siqueira, Elisabete Stradiotto, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automáto em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência

Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC´s) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

INDIRA CAROLINA SILVA COSTA

LIMITAÇÕES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: A APICULTURA COMO ESTUDO DE CASO PARA EVIDENCIAR LACUNAS E POTENCIALIDADES

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Defendida em: 05 / 08 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br ELISABETE STRADIOTTO SIQUEIRA
Data: 12/08/2025 15:56:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Elisabete Stradiotto Siqueira, Profª. Drª (UFERSA)
Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br TERESA JULIA DE ARAUJO MELO
Data: 12/08/2025 16:28:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Teresa Júlia de Araújo Melo, Mª.
Membro Examinador

Documento assinado digitalmente
gov.br EULITA DE SOUZA MORAIS
Data: 12/08/2025 21:08:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Eulita de Souza Morais, Mª. (Unijaguaribe)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio, à orientação e à parceria de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que essa caminhada se tornasse possível.

À Professora Elisabete, minha orientadora, expresso minha profunda gratidão pela escuta generosa, pela firmeza metodológica e pelo compromisso com a formação crítica e ética, que marcaram cada etapa deste percurso acadêmico.

Agradeço à Eulita Souza, pelo apoio fundamental na coleta e transcrição dos dados de campo, cuja dedicação foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Júlia, minha companheira de vida, de estudos e de sonhos profissionais, agradeço pela presença constante, pelo incentivo nos momentos desafiadores e pela inspiração diária.

Aos profissionais da universidade, que ao longo do curso contribuíram com saberes, orientações e gestos de apoio — mesmo nos bastidores — deixo meu sincero reconhecimento.

E aos colegas de curso, que estiveram lado a lado nessa trajetória, compartilhando dúvidas, aprendizados, alegrias e descobertas, meu carinho e agradecimento por tornarem esse processo mais leve e significativo.

RESUMO

Este trabalho analisa as limitações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no alcance de um desenvolvimento rural de caráter emancipatório, tendo a apicultura familiar como eixo empírico de investigação. A pesquisa foi realizada com 12 apicultores cooperados da Mesorregião do Oeste Potiguar, no semiárido do Rio Grande do Norte, e adota uma abordagem qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas analisadas segundo o método interpretativo. Os resultados revelam que, embora as práticas apícolas apresentem forte alinhamento com valores de sustentabilidade, os entrevistados demonstram desconhecimento em relação aos ODS e às políticas públicas voltadas ao setor. Evidenciou-se um descompasso entre o discurso global e as condições reais dos territórios, marcado pela ausência do Estado, descontinuidade institucional e invisibilização dos sujeitos rurais. A apicultura, nesse contexto, se apresenta como uma prática socioprodutiva que expressa resistência, pertencimento e construção coletiva de alternativas de desenvolvimento. O estudo conclui que a efetividade dos ODS depende de sua articulação com experiências locais e do fortalecimento de políticas públicas estruturadas e territorializadas.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural sustentável. Apicultura familiar. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agricultura familiar. Políticas públicas.

ABSTRACT

This study analyzes the limitations of the Sustainable Development Goals (SDGs) in achieving an emancipatory model of rural development, using family beekeeping as an empirical case. The research was conducted with 12 cooperative beekeepers from the Western Potiguar Mesoregion, located in the semi-arid region of Rio Grande do Norte, Brazil. It adopts a qualitative approach, based on semi-structured interviews interpreted through an interpretive analytical framework. The findings reveal that, although beekeeping practices align closely with sustainability principles, the participants show little familiarity with the SDGs or with public policies related to their sector. A gap was identified between the global discourse and local realities, marked by state absence, institutional discontinuity, and the invisibilization of rural subjects. In this context, beekeeping emerges as a socio-productive activity rooted in resistance, territorial belonging, and collective construction of development alternatives. The study concludes that the effectiveness of the SDGs depends on their articulation with local experiences and on the strengthening of structured and territorially grounded public policies.

Keywords: Sustainable rural development. Family beekeeping. Sustainable Development Goals. Family farming. Public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mesorregiões potiguares..... 24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro resumo de políticas públicas.....…… 17

Quadro 2 – Codificação dos Sujeitos da Pesquisa.....…….....24

Quadro 3 – Relação entre objetivos da pesquisa, categorias de análise e perguntas do roteiro.....…….....25

Quadro 4 – Categorias de Análise, principais achados e relação com os ODS....…..... 36

Quadro 5 – Contribuições e Contradições dos ODS para o Desenvolvimento emancipatório na Apicultura Familiar....…..... 37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (ABEMEL)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Estatísticas do Produto Interno Bruto (PIB)

Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Organização das Nações Unidas (ONU)

Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED)

Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....12

1.1 Objetivos 15
1.1.1 Objetivo Geral 15
1.1.2 Objetivos Específicos.....15

2. REVISÃO DE LITERATURA.....15

2.1 A Agricultura Familiar no contexto do desenvolvimento sustentável 15

2.2 A Apicultura como Estratégia de Sustentabilidade e Inclusão Produtiva no Campo 18

2.3 Sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....20

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....22

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 266

Categoria 1 – Percepções sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua aplicabilidade no território rural.....266

Categoria 2 – A apicultura como atividade socioprodutiva e sustentável no semiárido potiguar.....29

Categoria 3 – Sustentabilidade e desenvolvimento rural emancipatório: práticas e sentidos a partir do território.....31

Categoria 4 – Limites das políticas públicas e da ação estatal no contexto rural.....33

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 388

REFERÊNCIAS.....40

APÊNDICE 01 – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....433

APÊNDICE 02 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) 455

1. INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente difundido desde os anos 1980, tornou-se uma diretriz normativa para políticas públicas e pactos multilaterais. Sua formulação, consolidada no Relatório Brundtland (WCED, 1987), propõe a articulação entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental, sem comprometer as gerações futuras.

No contexto global, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) representa um pacto multilateral pelo desenvolvimento sustentável, estruturado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que propõem uma transformação nos padrões de produção e consumo, bem como no modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente (ONU, 2015; SACHS, 2015). Muitos desses objetivos, embora não mencionem diretamente o meio rural, estão intrinsecamente ligados à sustentabilidade na agricultura, à erradicação da pobreza, à segurança alimentar e à conservação dos ecossistemas.

Nesse cenário, a agricultura familiar adquire um papel de destaque. Ela representa aproximadamente 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil e é responsável por cerca de 67% do emprego no setor (IBGE, 2019). Para além da dimensão econômica, a agricultura familiar carrega valores culturais e comunitários que a tornam essencial para a coesão social nas áreas rurais (GOMES, 2005; FAO, 2019). A FAO reconheceu essa relevância ao instituir a Década da Agricultura Familiar (2019–2028), ressaltando sua importância na segurança alimentar, na mitigação da pobreza e na sustentabilidade ambiental.

A busca por alternativas sustentáveis de desenvolvimento no meio rural brasileiro tem impulsionado a valorização de práticas produtivas compatíveis com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre essas práticas, destaca-se a apicultura, sobretudo quando desenvolvida por agricultores familiares, por seu caráter multifuncional e sua capacidade de integrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável (GIOVANNONI; FABIETTI, 2013; EMBRAPA, 2020).

A apicultura, enquanto atividade produtiva sustentável, apresenta-se como alternativa estratégica de geração de renda, preservação ambiental e fortalecimento da agricultura familiar em diversas regiões brasileiras, especialmente no semiárido do Nordeste, onde o estado do Rio Grande do Norte tem se destacado (LOURENÇO; CABRAL, 2016; DOS SANTOS; DE SOUZA, 2009). Essa atividade tem como diferencial sua multifuncionalidade, pois, além de contribuir para o desenvolvimento econômico, possui implicações diretas na conservação da

biodiversidade e na promoção da inclusão social.

Nesse contexto, a apicultura revela-se como uma atividade com alto potencial de contribuição para o alcance das metas dos ODS. Klosowski, Kuasoski e Bonetti (2020) ressaltam que essa prática favorece a conservação ambiental, uma vez que depende de ecossistemas equilibrados para a sobrevivência das abelhas. Além disso, segundo a EMBRAPA (2020), a apicultura fortalece as comunidades locais ao gerar trabalho e renda, especialmente em áreas rurais com escassas alternativas produtivas.

A apicultura tem se destacado como uma atividade em expansão no Rio Grande do Norte, tanto pelo seu potencial econômico quanto pelos benefícios ecológicos que proporciona. De acordo com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), divulgada pelo IBGE (2020), o estado registrou um aumento de 25% na produção de mel em relação ao ano anterior, revertendo uma tendência de queda que perdurava por sete anos. Tal avanço evidencia não apenas a relevância produtiva da atividade, mas também sua contribuição para a preservação ambiental, uma vez que promove a polinização e o uso sustentável da vegetação nativa, conforme argumentam Souza (2002) e Santos e Souza (2009).

Do ponto de vista da sustentabilidade, a apicultura familiar gera renda e emprego no meio rural (ODS 1 e 8), mas muitas vezes não é contemplada por políticas públicas direcionadas. Preserva ecossistemas (ODS 15) por defender a biodiversidade, mas enfrenta ameaças como desmatamento e uso de agrotóxicos, que não são suficientemente regulados. Promove igualdade de gênero (ODS 5), já que muitas mulheres atuam na atividade, mas enfrentam barreiras de acesso a crédito e mercados. Enfrenta desafios climáticos (ODS 13), como mudanças nos ciclos de floração, sem que haja estratégias claras de adaptação nos ODS. A articulação dessas metas com a realidade dos apicultores potiguares oferece uma oportunidade de análise do potencial transformador dessa prática econômica no contexto da agricultura familiar sustentável (ZORZO, 2022; BECKERS; PINHEIRO; WINTER, 2021).

Essa situação evidencia uma contradição estrutural já apontada por autores como Zorzo (2022), ao demonstrar que, embora os ODS apresentem metas alinhadas às necessidades do meio rural, como erradicação da pobreza, igualdade de gênero e ação contra mudanças climáticas, essas metas não são acompanhadas de políticas públicas efetivas que assegurem sua concretização nos territórios. No caso da apicultura familiar potiguar, observa-se que as iniciativas que promovem sustentabilidade e inclusão são resultado da mobilização dos próprios sujeitos e de organizações locais, enquanto o Estado permanece ausente ou atua de forma

desarticulada. Assim, os ODS se mostram mais como um referencial abstrato do que como diretriz operacional capaz de transformar as estruturas que perpetuam desigualdades sociais, econômicas e ambientais no campo.

Apesar disso, ainda são escassos os estudos que analisam, de maneira sistemática, como a apicultura familiar se relaciona com os ODS em contextos específicos como o semiárido potiguar. Essa lacuna evidencia a necessidade de compreender se, e como, os princípios da Agenda 2030 estão sendo incorporados às práticas produtivas de apicultores familiares, considerando suas vulnerabilidades socioeconômicas, os desafios climáticos e as limitações de acesso a políticas públicas (SARAIVA; MATOS; AGUIRRE, 2019).

Ao considerar a apicultura como prática social situada, este trabalho busca evidenciar as lacunas existentes entre os pressupostos dos ODS e as realidades do desenvolvimento rural. A proposta não é apenas avaliar a presença ou ausência das metas nos territórios, mas problematizar em que medida os ODS — em sua formulação e operacionalização — dialogam com práticas emancipatórias, solidárias e ecologicamente sustentáveis. A partir desse enquadramento, a apicultura se configura como um estudo de caso relevante para refletir criticamente sobre os limites e as possibilidades de um modelo de desenvolvimento rural que se construa a partir dos territórios e das comunidades, em oposição às lógicas de mercado.

Além disso, permite evidenciar a própria contraditoriedade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que, ao proporem metas ambiciosas de inclusão, justiça social e preservação ambiental, acabam por reproduzir contradições internas ao evitarem confrontar as estruturas que sustentam as desigualdades e a exploração dos territórios rurais.

Apesar do discurso progressista presente na formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), críticas consistentes apontam que sua estrutura tecnocrática e universalizante limita a promoção de um desenvolvimento verdadeiramente emancipatório, especialmente em contextos rurais periféricos. A adoção de metas globais padronizadas, muitas vezes descoladas das realidades locais, tende a ignorar conflitos socioambientais, assimetrias de poder e a diversidade de formas de vida e produção existentes nos territórios (LEITE; KOWARICK, 2018).

Tal abordagem pode reforçar lógicas de dominação e dependência ao impor indicadores de desempenho que desconsideram os saberes tradicionais e a autonomia dos sujeitos do campo, enfraquecendo as possibilidades de construção de alternativas sustentáveis a partir de

experiências locais concretas (SARAIVA; MATOS; AGUIRRE, 2019).

Considerando o exposto, a apicultura mesmo com potencial sustentável, ainda carece de análises que evidenciem sua relação concreta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto das organizações familiares no semiárido brasileiro. No Rio Grande do Norte, onde a agricultura familiar é pujante, a atividade apícola tem se expandido como estratégia de geração de renda e conservação ambiental. No entanto, diante das desigualdades socioeconômicas, da escassez hídrica e das limitações de políticas públicas continuadas, questiona-se: **a atividade apícola tem potencial de evidenciar as lacunas dos ODS para promover o desenvolvimento rural emancipatório?**

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como a atividade apícola praticada por agricultores familiares no semiárido do Rio Grande do Norte evidencia limitações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto da promoção de um desenvolvimento rural emancipatório.

1.1.2 Objetivos Específicos

a) Compreender os sentidos atribuídos pelos apicultores familiares à sustentabilidade, ao desenvolvimento rural e às políticas públicas que incidem sobre o território.

b) Identificar contradições entre os pressupostos normativos dos ODS e as práticas e necessidades reais dos agricultores familiares no contexto da apicultura.

c) Refletir acerca do potencial da apicultura como prática alternativa capaz de promover uma sustentabilidade enraizada nos territórios e desconectada da lógica desenvolvimentista global.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Agricultura Familiar no contexto do desenvolvimento sustentável

A agricultura familiar no Brasil constitui um segmento produtivo multifacetado, cuja relevância extrapola a dimensão econômica. Essa modalidade de produção é caracterizada por uma gestão autônoma e uso predominante de mão de obra familiar, conforme definido pela Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). A legislação estabelece critérios específicos, como a limitação

da área a quatro módulos fiscais, a geração de renda predominantemente oriunda da própria atividade e o trabalho essencialmente familiar. Para além da atividade econômica, a agricultura familiar representa um modo de vida, enraizado em práticas culturais, saberes tradicionais e vínculos comunitários que fortalecem a coesão social nas zonas rurais (PICOLOTTO, 2014).

Para compreender plenamente a importância e as especificidades da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento rural sustentável, é necessário contrastá-la com a agricultura patronal, que representa um modelo produtivo estruturalmente distinto. A distinção entre ambas está enraizada em fatores organizacionais, econômicos e sociais, e permite elucidar as diferentes lógicas que orientam a produção no campo.

Enquanto a agricultura patronal se organiza com base na especialização produtiva, no uso intensivo de insumos externos e na separação entre propriedade e trabalho, a agricultura familiar se destaca pela multifuncionalidade, pelo aproveitamento de recursos locais e pela gestão direta do processo produtivo pelas famílias. Tais características favorecem a diversificação, a sustentabilidade ambiental e a autonomia das comunidades rurais (OLALDE, 2004; FAO/INCRA, 1994). Segundo Bonnal, Cazella e Maluf (2009), a multifuncionalidade da agricultura familiar vai além da produção de alimentos, abrangendo também a preservação ambiental, a valorização cultural e a reprodução socioeconômica das famílias do campo.

No Brasil, a agricultura familiar responde por uma significativa parcela da produção de alimentos consumidos internamente, garantindo a segurança alimentar da população. De acordo com dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2019), esse segmento representa cerca de 77% dos estabelecimentos rurais e é responsável por 67% dos empregos gerados no meio rural, com 10 milhões de pessoas diretamente envolvidas. Além disso, responde por cerca de 23% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário e movimenta a economia de mais de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes (CONTAG, 2024).

O reconhecimento da importância econômica e social da agricultura familiar impulsionou a criação de diversas políticas públicas voltadas à sua valorização e fortalecimento, especialmente a partir da década de 1990. Essas políticas têm buscado não apenas ampliar a produtividade, mas promover a inclusão social, o acesso a mercados e a sustentabilidade. Destacam-se programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), voltado ao financiamento produtivo; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que promove a compra institucional de alimentos; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que integra a agricultura familiar à alimentação escolar; a Política de Garantia de Preços

Mínimos (PGPM), que assegura preços mínimos; e o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), que oferece seguro para perdas climáticas. Esses instrumentos atuam de forma articulada no combate à pobreza rural e na promoção de circuitos curtos de comercialização (EMBRAPA, 2020; PIRES, 2021). Abaixo segue um quadro contendo as principais políticas públicas que pautam o desenvolvimento da agricultura familiar:

Quadro 1 – Quadro resumo de políticas públicas

Nome da Política	Ano	Descrição	Público Beneficiário	Órgão Responsável
PNAE	1955	Aquisição de alimentos para a merenda escolar	Agricultores familiares locais	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) /Ministério da Educação (MEC)
PGPM	1966	Garantia de preços mínimos agrícolas	Produtores rurais	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) / Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
PRONAF	1995	Financiamento de projetos produtivos da agricultura familiar	Agricultores familiares	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)
PAA	2003	Compra institucional de alimentos da agricultura familiar	Agricultores assentados e em situação de vulnerabilidade	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)/ Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
PNATER	2004	Assistência técnica e extensão rural sustentável	Agricultores familiares	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
SEAF	2004	Seguro agrícola para financiamentos rurais	Beneficiários do PRONAF	Governo Federal

Fonte: Adaptado de PIRES (2021)

O quadro apresentado oferece uma visão organizada e comparativa das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar, evidenciando tanto suas áreas de atuação quanto suas limitações estruturais. Ao sistematizar essas iniciativas — como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política de Garantia

de Preços Mínimos (PGPM), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) — torna-se possível identificar quais dimensões do desenvolvimento rural essas políticas alcançam e quais permanecem desassistidas.

A partir dessa leitura crítica, observa-se que, embora esses programas representem um avanço na valorização da agricultura familiar, não constituem uma estratégia integrada nem são capazes, isoladamente, de sustentar práticas produtivas específicas, como a apicultura, que segue à margem da formulação de políticas específicas. Além disso, a análise do quadro permite observar a descontinuidade e fragmentação institucional dos programas ao longo do tempo, revelando a ausência de um projeto estruturante de longo prazo voltado ao fortalecimento territorial e emancipatório da agricultura familiar. Nesse sentido, o quadro não apenas sintetiza políticas existentes, mas subsidiou criticamente a análise das lacunas entre os discursos normativos dos ODS e a realidade das comunidades rurais, alinhando-se diretamente aos objetivos deste trabalho

Ademais, a sustentabilidade tem se tornado um eixo estruturante na concepção das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A promoção de práticas agroecológicas, o incentivo à diversificação produtiva e a preservação dos recursos naturais têm sido objetivos centrais em programas como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – (PNATER) (EMBRAPA, 2020). Conforme destaca Altieri (2012), a sustentabilidade nesse contexto não se resume à adoção de tecnologias “verdes”, mas envolve a construção de sistemas produtivos resilientes, baseados em princípios ecológicos e justiça social. Nesse sentido, a agricultura familiar aparece como protagonista de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, capaz de conciliar produção com preservação e equidade.

2.2 A Apicultura como Estratégia de Sustentabilidade e Inclusão Produtiva no Campo

A apicultura, entendida como a prática de criação de abelhas com fins produtivos, desempenha um papel cada vez mais relevante nas estratégias de desenvolvimento rural sustentável, especialmente em territórios marcados por desafios socioeconômicos e ambientais, como o semiárido nordestino. Ao longo dos anos, essa atividade deixou de ser vista apenas como uma prática complementar da agricultura, adquirindo status de cadeia produtiva com capacidade de gerar renda, promover inclusão social e contribuir para a preservação ambiental (KLOSOWSKI; KUASOSKI; BONETTI, 2020).

Uma das principais vantagens da apicultura no contexto da agricultura familiar está em

sua adaptabilidade às condições ambientais adversas, notadamente em regiões semiáridas, onde as possibilidades produtivas são limitadas por fatores climáticos e de infraestrutura. A apicultura requer investimentos iniciais relativamente baixos, pode ser integrada a outros sistemas produtivos e apresenta retorno econômico em curto e médio prazo. Além disso, a criação racional de abelhas não demanda desmatamento ou grandes transformações no uso da terra, o que favorece sua inserção em programas de conservação ambiental e políticas de desenvolvimento sustentável (DOS SANTOS; DE SOUZA, 2009).

Do ponto de vista ecológico, a apicultura se distingue por sua interdependência com os ecossistemas naturais. As abelhas são agentes essenciais na polinização de diversas culturas agrícolas e espécies vegetais nativas, desempenhando papel fundamental na manutenção da biodiversidade e na regeneração dos ecossistemas (SOUZA, 2002). Essa função ecológica se revela ainda mais crítica no bioma Caatinga, típico do Rio Grande do Norte, onde a flora adaptada à aridez depende intensamente de mecanismos naturais de polinização para se manter e reproduzir. A atividade apícola, portanto, cria um círculo virtuoso entre conservação e produção.

Socialmente, a apicultura familiar contribui para a diversificação das fontes de renda das famílias rurais, ampliando sua resiliência econômica diante da instabilidade do mercado agrícola tradicional. Lourenço e Cabral (2016) apontam que a prática fortalece os vínculos comunitários, incentiva a organização dos produtores em cooperativas e associações, e estimula a inserção de jovens e mulheres nas atividades produtivas, promovendo inclusão e equidade, ao passo que a organização social dos apicultores potencializa o acesso a programas governamentais, crédito, assistência técnica e políticas de comercialização, fortalecendo o capital social e a autonomia das comunidades.

No aspecto econômico, a apicultura apresenta um mercado em expansão tanto no Brasil quanto no exterior. O mel brasileiro é reconhecido pela sua qualidade, com baixo uso de agroquímicos e grande diversidade florística, o que o torna altamente competitivo no mercado internacional. Segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (ABEMEL), a produção nacional em 2021 ultrapassou 46 mil toneladas, com o Nordeste representando parcela significativa desse total. Projeções apontam que o país pode atingir 250 mil toneladas de exportação anual até 2035, abrindo novas perspectivas para o fortalecimento da economia rural (BNEWS, 2022).

O Rio Grande do Norte, embora enfrente dificuldades estruturais como escassez hídrica, baixo investimento público e desafios logísticos, apresenta avanços importantes na estruturação

de cadeias produtivas de base apícola. O crescimento de 25% na produção estadual de mel entre 2019 e 2020, conforme dados da PPM/IBGE (2020), sinaliza o potencial da atividade para integrar estratégias de desenvolvimento local e de enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas nas zonas rurais.

A apicultura também se alinha com princípios da agroecologia e da sustentabilidade, pois promove uma interação equilibrada entre homem e natureza, valorizando os saberes locais, a biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais. Essa compatibilidade a torna um instrumento eficaz para operacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que diz respeito à erradicação da pobreza (ODS 1), à segurança alimentar (ODS 2), ao trabalho decente (ODS 8), à produção e consumo responsáveis (ODS 12) e à conservação da vida terrestre (ODS 15).

Em síntese, a discussão acerca da apicultura familiar transcende a mera produção de mel. Ela representa uma alternativa concreta e viável de desenvolvimento rural sustentável, que articula dimensões sociais, econômicas e ambientais. Sua expansão e consolidação, entretanto, exigem políticas públicas eficazes, investimentos em capacitação técnica, infraestrutura de comercialização e valorização dos territórios e culturas locais. No contexto do semiárido potiguar, a apicultura pode ser entendida como prática estratégica para o fortalecimento da agricultura familiar e para a construção de uma economia rural mais justa.

2.3 Sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A discussão sobre sustentabilidade emergiu com força no cenário internacional a partir da década de 1980, como resposta às crescentes preocupações com a degradação ambiental, a pobreza estrutural e a exploração desenfreada dos recursos naturais. O conceito foi consolidado com a publicação do Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que definiu desenvolvimento sustentável como aquele capaz de "suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades" (WCED, 1987). Essa concepção, embora inicialmente centrada em uma perspectiva ambiental, rapidamente passou a incorporar dimensões sociais e econômicas, resultando em uma abordagem integrada e sistêmica do desenvolvimento (SACHS, 2007).

No meio rural, a sustentabilidade assume contornos específicos, pois está diretamente relacionada à manutenção das formas de vida campesina, à valorização da diversidade produtiva

e cultural e à conservação dos recursos naturais. Práticas como a agroecologia, o manejo ecológico da biodiversidade e o fortalecimento da agricultura familiar são amplamente reconhecidas como instrumentos eficazes para alcançar o desenvolvimento rural sustentável (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2000). Essas práticas se opõem ao modelo hegemônico do agronegócio, baseado na intensificação tecnológica, na monocultura e na mercantilização da natureza, cujos impactos sociais e ambientais têm sido severamente criticados pela literatura especializada (CARNEIRO, 2012).

Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas em 2015, representam um esforço global de sistematização e planejamento do desenvolvimento sustentável até 2030. A Agenda 2030 é composta por 17 objetivos e 169 metas que abordam questões como erradicação da pobreza, segurança alimentar, educação de qualidade, redução das desigualdades, ação climática, entre outros (ONU, 2015). Diferentemente dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os ODS adotam uma abordagem mais abrangente, multissetorial e universal, com forte apelo à corresponsabilidade entre nações, setores e comunidades.

A aplicação dos ODS à agricultura familiar revela-se promissora, pois muitos dos objetivos dialogam diretamente com a realidade dos produtores familiares, como o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 8 (Trabalho Decente), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS 15 (Vida Terrestre). A integração desses objetivos à realidade rural exige, no entanto, o fortalecimento de políticas públicas, a superação de desigualdades históricas e a valorização do protagonismo dos sujeitos do campo (SILVA; SCHNEIDER, 2016).

No entanto, apesar do potencial transformador da Agenda 2030, críticas importantes têm sido formuladas quanto à sua implementação prática e coerência conceitual. Uma das principais objeções refere-se ao caráter excessivamente consensual e despolitizado dos ODS, que evita confrontar diretamente os interesses corporativos, a concentração de terras e a lógica extrativista que ainda predomina em muitos países (LEITE; KOWARICK, 2018). Outra crítica recorrente diz respeito à ausência de mecanismos vinculantes que obriguem os Estados a cumprirem as metas estabelecidas, deixando a execução da agenda à mercê de decisões políticas voluntárias e muitas vezes inconsistentes (SARAIVA; MATOS; AGUIRRE, 2019).

Além disso, a complexidade e o volume das metas dificultam a operacionalização dos ODS em contextos locais, particularmente em regiões com baixo índice de institucionalização e

carência de dados estatísticos confiáveis. A falta de metodologias participativas para a definição de prioridades locais também tem limitado o envolvimento efetivo das comunidades e organizações da sociedade civil na implementação da agenda (ZORZO et al., 2022). Tais lacunas reforçam a necessidade de adaptar os ODS às especificidades territoriais, como ocorre no semiárido nordestino, onde práticas como a apicultura familiar podem ser estratégias-chave para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Embora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tenham se consolidado como importante instrumento de cooperação internacional e formulação de políticas públicas, eles permanecem atrelados a uma concepção de desenvolvimento que não rompe com os fundamentos da ordem capitalista global. A Agenda 2030 adota um formato tecnocrático e universalizante, baseado em metas padronizadas e indicadores de desempenho, o que tende a despolitizar os processos sociais e obscurecer os conflitos de classe, território e poder que atravessam a construção do "desenvolvimento" (LEITE; KOWARICK, 2018). Ao priorizar métricas globais, muitas vezes os ODS tornam-se inócuos para enfrentar as causas estruturais da desigualdade, especialmente nos territórios rurais historicamente excluídos das agendas decisórias.

Em contraposição a essa lógica, emergem abordagens críticas que reivindicam um desenvolvimento sustentável de base emancipatória, fundado na justiça ambiental, nos saberes territoriais e na autodeterminação dos povos. Como argumentam Roulier e Katishi (2022), a crise socioambiental atual exige a superação de modelos "verdes" adaptativos e o reconhecimento de alternativas que enfrentem frontalmente os fatores geradores do colapso ecológico e da injustiça social. Nesse sentido, refletir sobre os ODS a partir de práticas locais concretas — como a apicultura familiar no semiárido potiguar é estratégico para evidenciar não apenas as lacunas de uma agenda global padronizada, mas também as potências transformadoras que emergem da resistência e da criatividade popular. A apicultura, enraizada em dinâmicas locais, permite tensionar a lógica abstrata dos ODS e afirmar uma sustentabilidade construída a partir dos territórios.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de investigação, por possibilitar a compreensão aprofundada de experiências, sentidos e práticas construídas por sujeitos sociais em contextos históricos e territoriais específicos. Conforme Minayo (2001), a abordagem qualitativa é particularmente adequada para estudar fenômenos complexos que envolvem múltiplas

dimensões da realidade social, como o modo como agricultores familiares vivenciam a apicultura e se relacionam com noções de sustentabilidade e desenvolvimento. Nesse sentido, a escolha metodológica está alinhada ao objetivo de problematizar os limites dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a partir de práticas concretas no semiárido nordestino.

A pesquisa se caracteriza como descritiva, pois visa registrar, compreender e interpretar as formas como os apicultores familiares percebem e se inserem nas dinâmicas socioeconômicas, ambientais e políticas do território. Essa natureza descritiva permite revelar contradições entre os discursos globalizantes da sustentabilidade e as realidades vividas nos espaços rurais, valorizando as práticas e saberes locais. A apicultura é, aqui, entendida não apenas como atividade produtiva, mas como expressão de modos de vida que desafiam lógicas desenvolvimentistas convencionais.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas de forma presencial, com base em um roteiro que orienta, mas não limita, a fala dos participantes. O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa consistiu em um roteiro de entrevista semiestruturada, elaborado com o objetivo de captar percepções, experiências e sentidos atribuídos pelos apicultores familiares à apicultura, ao desenvolvimento rural e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O roteiro foi estruturado em seis blocos temáticos, abrangendo desde aspectos socioeconômicos dos participantes até questões relativas às políticas públicas, sustentabilidade ambiental e vivências territoriais.

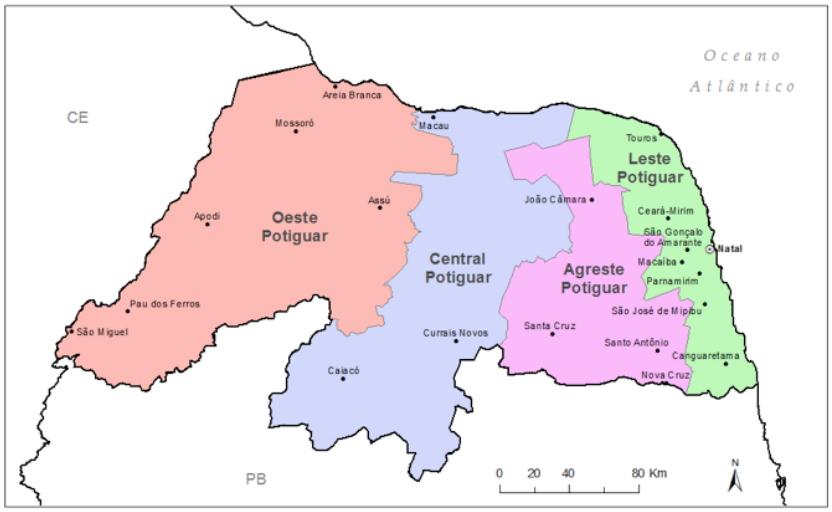
A organização das perguntas foi orientada por eixos analíticos previamente definidos: condições de vida e trabalho, relações com o território e políticas públicas, práticas ambientais e climáticas, e compreensão crítica sobre os ODS. A escolha do formato semiestruturado visou garantir flexibilidade durante as entrevistas, permitindo que os participantes desenvolvessem livremente suas respostas e que novos temas emergissem conforme a condução do diálogo, em consonância com a abordagem qualitativa e interpretativa adotada neste trabalho.

Esse roteiro foi aplicado de forma presencial, respeitando os princípios éticos da pesquisa com seres humanos e garantindo o anonimato dos participantes. O instrumento encontra-se disponível integralmente no Apêndice 01 deste trabalho.

As entrevistas foram gravadas, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e posteriormente transcritas na íntegra. Essa técnica foi escolhida por permitir captar a densidade simbólica e subjetiva das experiências dos apicultores, preservando a espontaneidade dos relatos e a possibilidade de aprofundamento reflexivo (TRIVIÑOS, 1987).

Os sujeitos da pesquisa foram apicultores familiares residentes em municípios da Mesorregião do Oeste potiguar, localizada no semiárido do estado do Rio Grande do Norte. Todos os participantes são membros ativos de cooperativas e possuem experiência com a atividade apícola, atuando na produção e comercialização de mel e seus derivados. O perfil dos entrevistados inclui homens e mulheres com idades entre 26 e 50 anos, com diferentes níveis de escolaridade que vai desde nível fundamental incompleto até pós-graduação, envolvidos tanto no manejo das colmeias quanto nas dimensões coletivas e organizativas da apicultura familiar.

Figura 1 – **Mesorregiões potiguares**



Fonte: IBGE, 2016

A categorização dos sujeitos foi realizada com base em cinco variáveis principais: identificação do participante (anônima), gênero, faixa etária, nível de escolaridade e tempo de experiência na apicultura. Essa sistematização permite uma análise mais precisa da diversidade de perfis presentes no grupo investigado, respeitando o princípio da heterogeneidade na abordagem qualitativa. O quadro a seguir apresenta de forma organizada essas informações, evidenciando a pluralidade de trajetórias e contextos que contribuem para as análises interpretativas propostas nesta pesquisa.

Quadro 2 – Codificação dos Sujeitos da Pesquisa

Participante	Gênero	Faixa Etária	Escolaridade	Tempo de Experiência
P01	Masculino	26-35	Ensino Médio Completo	5 anos
P02	Feminino	36-45	Ensino Fundamental Incompleto	8 anos
P03	Masculino	46-55	Ensino Médio Incompleto	10 anos

P04	Feminino	26-35	Ensino Superior Incompleto	6 anos
P05	Masculino	36-45	Pós-Graduação	12 anos
P06	Feminino	46-55	Ensino Fundamental Completo	15 anos
P07	Masculino	36-45	Ensino Médio Completo	7 anos
P08	Feminino	26-35	Ensino Médio Completo	4 anos
P09	Masculino	36-45	Ensino Fundamental Incompleto	9 anos
P10	Feminino	46-55	Ensino Superior Completo	11 anos
P11	Masculino	26-35	Ensino Médio Incompleto	3 anos
P12	Feminino	36-45	Pós-Graduação	13 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A análise dos dados obtidos nesta pesquisa foi realizada com base na abordagem interpretativa, conforme proposta por Richardson *et al.* (2012), que busca compreender os sentidos construídos pelos sujeitos a partir de sua vivência social, valorizando os significados simbólicos, históricos e culturais presentes nas falas. Trata-se de um processo de leitura reflexiva, em que o discurso dos participantes é interpretado em diálogo com o contexto socioterritorial no qual estão inseridos e com os marcos conceituais da pesquisa.

Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de compreender como agricultores familiares, enquanto sujeitos históricos, articulam suas práticas e percepções à luz de conceitos como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade territorial e apicultura como prática socioprodutiva.

Foram realizadas 12 entrevistas presenciais com apicultores cooperados da Mesorregião do Oeste Potiguar, no semiárido do estado do Rio Grande do Norte. Os entrevistados foram selecionados com base em critérios de experiência consolidada na atividade apícola e disponibilidade para participação, conforme previsto nos procedimentos metodológicos da pesquisa. A partir da transcrição integral das falas, foram definidas quatro categorias analíticas principais, derivadas tanto dos objetivos específicos da pesquisa quanto do conteúdo emergente nas entrevistas:

Quadro 3 – Relação entre Objetivos da Pesquisa, Categorias de Análise e Perguntas do Roteiro

Objetivo da Pesquisa	Categoria de Análise	Perguntas do Roteiro
Identificar contradições entre os pressupostos dos ODS e as realidades do território rural	1. Percepção e ressignificação dos ODS no território	• O(a) senhor(a) já ouviu falar sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? • Essas ideias de desenvolvimento sustentável fazem sentido na sua vivência? • O que seria, para o(a) senhor(a), uma forma justa e duradoura de melhorar a vida no campo?

Investigar os sentidos atribuídos à apicultura pelos sujeitos pesquisados	2. Sentidos atribuídos à apicultura no contexto rural	• O que mais o(a) motivou a começar ou permanecer na apicultura? • De que forma a atividade contribui para sua renda? • A apicultura ajuda a fortalecer sua comunidade? De que forma?
Compreender como os apicultores concebem e praticam a sustentabilidade em seus contextos	3. Sustentabilidade e emancipação no campo	• O senhor(a) percebe alguma mudança no clima nos últimos anos? • Como lida com a preservação do meio ambiente em relação à apicultura? • Existe algum tipo de manejo sustentável utilizado?
Analisar as percepções sobre a presença do Estado e as políticas públicas no meio rural	4. Crítica à ausência do Estado e à universalização das políticas globais	• Existem ações do governo que apoiam seu trabalho? • Na sua opinião, o que significa viver com qualidade de vida em sua comunidade? • Alguma sugestão ou mensagem que gostaria de deixar registrada nesta pesquisa?

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A análise de cada categoria será conduzida a partir de trechos representativos das entrevistas, que serão interpretados criticamente e relacionados ao referencial teórico da pesquisa, em conformidade com os pressupostos da abordagem qualitativa e interpretativa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este tópico apresenta a análise e a discussão dos dados empíricos coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com 12 apicultores familiares cooperados da Mesorregião do Oeste Potiguar, região localizada no semiárido do estado do Rio Grande do Norte. As entrevistas buscaram captar os sentidos atribuídos à prática da apicultura, às experiências territoriais de sustentabilidade e às percepções sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as políticas públicas voltadas ao campo.

Cada categoria reúne elementos empíricos que expressam não apenas aspectos descritivos, mas também reflexões críticas sobre o papel da apicultura no desenvolvimento rural sustentável, a efetividade dos ODS em contextos periféricos e as lacunas das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A seguir, apresenta-se a discussão dos dados com base nessas categorias, buscando articular os discursos dos entrevistados com os conceitos-chave que fundamentam este trabalho.

Categoria 1 – Percepções sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua aplicabilidade no território rural

A primeira categoria analítica tem como foco as representações que os apicultores familiares da Mesorregião do Oeste Potiguar constroem em relação aos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objetivo é compreender como os sujeitos da pesquisa percebem — ou não percebem — essa agenda global em seus cotidianos, e como articulam saberes, práticas e críticas diante da ausência de políticas efetivas que conectem tais metas às realidades territoriais. Seguindo a abordagem interpretativa proposta por Richardson et al. (2012), buscou-se captar os sentidos simbólicos e sociopolíticos contidos nas falas, respeitando o contexto histórico e cultural no qual esses sujeitos estão inseridos.

A análise revelou que a maior parte dos entrevistados não conhece diretamente os ODS ou a Agenda 2030 da ONU. No entanto, isso não significa ausência de consciência socioambiental ou desinteresse pelos temas que os ODS pretendem abordar. Os apicultores entrevistados demonstram práticas e discursos alinhados aos princípios do desenvolvimento sustentável — como o uso consciente dos recursos naturais, a preservação ambiental e a solidariedade comunitária —, mas não associam essas ações a políticas globais ou a projetos institucionais mais amplos.

Como afirmou o Participante 01:

> *"Sobre isso aí [ODS], eu não sei dizer, a gente só conhece a luta do dia a dia. A gente cuida da terra, das abelhas, não usa veneno, mas ninguém fala disso com a gente."*

Essa fala explicita uma lacuna entre a formulação dos ODS e a realidade experienciada no campo, revelando que a sustentabilidade é praticada, mas não reconhecida nem articulada por meio de políticas públicas de base territorial. Trata-se de uma crítica implícita ao formato global, normativo e tecnocrático da Agenda 2030, que tende a invisibilizar sujeitos rurais como produtores de alternativas sustentáveis reais. Leite e Kowarick (2018) criticam essa abordagem, chamando atenção para o fato de que os ODS evitam confrontar as estruturas que sustentam a desigualdade social, como a concentração fundiária, os interesses corporativos e a lógica extrativista.

Esse distanciamento é reforçado por outras falas. O Participante 05 afirma:

> *"Esse negócio de objetivo de desenvolvimento, eu nunca ouvi. Aqui quem ajuda mesmo é a associação, o governo quase nunca chega. A gente faz por conta própria."*

Esse sentimento é reforçado por outros participantes que, mesmo demonstrando

engajamento com práticas sustentáveis, não reconhecem a presença estatal em suas trajetórias produtivas. A fala destaca que a sustentabilidade no campo não é fruto de diretrizes externas, mas de práticas históricas, comunitárias e autogeridas, o que evidencia a dissociação entre o discurso institucional dos ODS e a vivência concreta dos sujeitos.

O Participante 03 afirma:

> *"Nunca ouvi falar de objetivo de desenvolvimento. O que a gente tem é a força de vontade e a ajuda um do outro."*

A ausência do Estado e a desarticulação entre o discurso global dos ODS e as ações locais foram aspectos recorrentes nas entrevistas. Além de expressarem a falta de presença institucional em seus territórios, os participantes também revelaram desconhecimento em relação às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o que contribui para a percepção de abandono por parte do poder público. Essa ausência de reconhecimento pode indicar falhas não apenas na execução, mas também na comunicação e no acesso a essas políticas, que deixam de ser percebidas como instrumentos do Estado.

Conforme discutido por Saraiva, Matos e Aguirre (2019), os ODS apresentam fragilidade estrutural por dependerem de compromissos voluntários dos governos, o que, em contextos marcados por desigualdades históricas como o semiárido, resulta em negligência, descontinuidade e invisibilidade das ações governamentais perante os próprios beneficiários.

O sentimento de invisibilidade política e territorial também é forte, como revela o Participante 09:

> *"Eles falam em desenvolvimento, mas não olham para o pequeno produtor. A gente faz nossa parte aqui, mas parece que não é levado em conta."*

Esse afastamento entre discurso e prática também se expressa na percepção de que os pequenos produtores são excluídos das discussões que envolvem o futuro do campo. Como declarou o Participante 07:

> *"Esses planos que falam aí são para o pessoal grande. Aqui ninguém chega perguntando o que a gente precisa."*

A ausência de diálogo entre os planejadores das políticas globais e os atores do território

reforça o argumento de Leite e Kowarick (2018), ao evidenciar que as metas de desenvolvimento, ao ignorarem os conflitos estruturais e as vozes locais, acabam por reproduzir assimetrias históricas no campo.

Essa percepção dialoga com a crítica de Roulier e Katishi (2022), para quem a ideia de desenvolvimento sustentável frequentemente ignora a complexidade dos territórios rurais e a diversidade de formas de vida que não se enquadram nas métricas padronizadas da globalização. Ao não reconhecer a centralidade dos sujeitos do campo, a agenda global contribui para a reprodução de modelos desiguais de sustentabilidade, baseados em indicadores que não consideram as práticas concretas e o saber local.

Em síntese, os dados analisados nesta categoria apontam para uma contradição estrutural: enquanto os ODS pretendem ser universais e inclusivos, sua ausência nos territórios rurais revela o contrário — uma agenda tecnocrática, pouco acessível e desconectada das práticas sustentáveis reais vividas por sujeitos como os apicultores familiares. O reconhecimento da sustentabilidade territorial requer mais do que metas abstratas: exige a valorização ativa das comunidades, a escuta dos saberes locais e políticas que respeitem a diversidade e as necessidades reais do campo.

Categoria 2 – A apicultura como atividade socioprodutiva e sustentável no semiárido potiguar

A segunda categoria analítica busca compreender os sentidos atribuídos pelos apicultores familiares à apicultura enquanto prática econômica, cultural e ambiental, situada no contexto do semiárido potiguar. Mais do que uma atividade de geração de renda, a apicultura é interpretada pelos participantes como parte do modo de vida rural e de uma lógica de resistência frente à precariedade de políticas públicas. Essa dimensão simbólica e prática permite que a apicultura seja entendida, à luz de Sachs (2007), como uma forma de desenvolvimento sustentável enraizado territorialmente, distinta da lógica desenvolvimentista dominante, centrada na produtividade e no crescimento econômico.

As falas revelam que os apicultores compreendem a atividade como estratégica para sua autonomia, pois ela depende menos de insumos externos e se baseia na relação com o ambiente local. Como afirmou o Participante 02:

> *"A apicultura ajuda muito, porque a gente depende só da natureza. É diferente da agricultura, que precisa de água todo dia. Com as abelhas, a gente aprende a respeitar o tempo da natureza."*

O Participante 04 também compartilhou percepção semelhante:

> *"As abelhas não precisam de muita coisa, só do mato bem cuidado. Se a gente preserva, elas fazem o trabalho."*

Esse depoimento reforça o caráter ecológico da apicultura, que dialoga com os princípios da sustentabilidade ambiental ao promover uma relação não predatória com o ecossistema. A atividade é também reconhecida como menos impactante e mais compatível com as condições climáticas adversas do semiárido, o que contribui para sua difusão nas regiões mais vulneráveis do Nordeste. Essa percepção encontra respaldo no que aponta Roulier e Katishi (2022), ao destacarem a relevância de práticas sustentáveis que emergem dos territórios e que são moldadas pelas condições ecológicas locais, em contraste com os modelos padronizados promovidos pelas agendas globais.

Para além da dimensão ambiental, a apicultura também é vista como alternativa econômica viável e digna. Alguns entrevistados destacam que, apesar dos desafios logísticos e de comercialização, a renda proveniente do mel contribui para o sustento das famílias e para a permanência no campo. O Participante 06 afirma:

> *"Hoje, o que me ajuda a pagar as contas é o mel. Não é muito, mas é certo. Tem mês que só o que salva é ele."*

O Participante 09 reforça essa ideia ao dizer:

> *"Com o dinheiro do mel eu consegui manter minha casa. Não dá pra ficar rico, mas dá pra não depender dos outros."*

Esse relato ilustra a importância da apicultura como instrumento de segurança econômica e manutenção da vida rural, ainda que inserido em um cenário de instabilidade e desassistência. A literatura sobre agricultura familiar aponta a multifuncionalidade das atividades produtivas no campo, como observa Wanderley (2009), e destaca que práticas como a apicultura não apenas geram renda, mas contribuem para a coesão social, o uso sustentável dos recursos e a valorização dos saberes locais.

Outro aspecto emergente nas entrevistas é a conexão entre apicultura e identidade coletiva. A atividade é compreendida como uma prática compartilhada, transmitida entre gerações e fortalecida por redes associativas e cooperativas. Como destacou o Participante 11:

> *"A gente aqui aprendeu junto. Um vai ensinando pro outro, e isso vai se espalhando. A cooperativa ajuda, mas o conhecimento vem mesmo da convivência com a terra e com os mais velhos."*

De forma complementar, o Participante 01 destaca:

> *"Foi com meu pai que aprendi tudo. Ele aprendeu com o avô dele. É uma tradição que a gente não quer perder."*

Essa construção coletiva do saber e da prática se aproxima da noção de capital social e de sustentabilidade relacional, em que os vínculos de solidariedade e reciprocidade atuam como base para resistir às fragilidades impostas pelo mercado e pela omissão estatal. Sachs (2007) defende que o desenvolvimento sustentável deve incorporar a diversidade cultural e o protagonismo das comunidades, como condição para romper com modelos autoritários de planejamento e padronização.

Portanto, esta categoria permite afirmar que a apicultura familiar praticada na Mesorregião do Oeste Potiguar é uma atividade com múltiplas dimensões de sustentabilidade: econômica, ecológica, social e simbólica. Os sujeitos pesquisados a reconhecem como prática adaptada ao território, promotora de autonomia e preservadora de saberes locais. Trata-se de uma forma de desenvolvimento sustentável construída de baixo para cima, que contrasta com a lógica dos grandes programas globais e aponta para caminhos de transformação rural efetivamente enraizados nas condições e capacidades locais.

Categoria 3 – Sustentabilidade e desenvolvimento rural emancipatório: práticas e sentidos a partir do território

Esta categoria analítica busca compreender como os apicultores familiares do Oeste Potiguar elaboram e experienciam o conceito de sustentabilidade a partir de suas práticas cotidianas, e em que medida essas práticas estão conectadas a uma concepção de desenvolvimento rural que se aproxima de um projeto emancipatório. A análise interpretativa das entrevistas revela que, embora os participantes não utilizem uma linguagem acadêmica ou técnica para falar sobre "desenvolvimento sustentável", suas falas refletem elementos centrais de um modelo de sustentabilidade que valoriza a autonomia, o vínculo com o território e o saber popular.

Como expressou o Participante 03:

> *"A gente planta e cria do jeito que aprendeu com os pais, respeitando*

> *o tempo da natureza. Não é só trabalhar para ganhar dinheiro, é cuidar da terra pra ela cuidar da gente."*

O Participante 06 complementa essa percepção ao afirmar:

> *"Aqui a gente aprende com o tempo e com os mais velhos. É no dia a dia que se aprende a cuidar da terra e das abelhas."*

Esse trecho demonstra uma visão relacional e ética da sustentabilidade, na qual o equilíbrio entre o ambiente e a reprodução da vida no campo aparece como valor central. Trata-se de uma concepção que vai além da sustentabilidade adaptativa — entendida como a capacidade de suportar adversidades dentro da lógica de mercado —, e que se aproxima da sustentabilidade emancipatória, que pressupõe a autonomia dos sujeitos e a transformação das condições de vida em direção à justiça social e ecológica (SACHS, 2007; ROUILIER; KATISHI, 2022).

Determinados participantes relacionam a permanência no campo à possibilidade de desenvolver atividades produtivas compatíveis com o clima e o território, como a apicultura. O Participante 08 comentou:

> *"O bom da apicultura é que ela deixa a gente no lugar da gente. Se tivesse que ir pra cidade, era só pra sofrer. Aqui é duro, mas a gente vive melhor."*

Essa afirmação é reveladora da dimensão existencial e territorial da sustentabilidade rural, cuja centralidade não está apenas nos aspectos ecológicos ou econômicos, mas também na manutenção do modo de vida rural como um direito e um projeto coletivo. Isso reforça a crítica feita por Wanderley (2007), segundo a qual o desenvolvimento rural não deve ser visto apenas como modernização da agricultura, mas como fortalecimento de formas plurais de vida e trabalho no campo.

De forma semelhante, o Participante 11 afirmou:

> *"Eu me vejo aqui, no mato, com minhas abelhas. Na cidade eu não era nada. Aqui eu sou alguém."*

Outro elemento recorrente nas falas é o reconhecimento da ausência de políticas públicas estruturantes que garantam condições para o desenvolvimento rural com justiça e autonomia. O Participante 10 disse:

> *"Sustentável mesmo seria se tivesse apoio. A gente tenta fazer o melhor, mas é tudo por conta própria. Não tem estrada, não tem assistência, não tem crédito. Sustentabilidade tem que vir com respeito e com políticas que olhem pra gente."*

A fala dialoga diretamente com as críticas presentes na literatura especializada sobre a forma como o desenvolvimento sustentável tem sido instrumentalizado por organismos multilaterais sem promover transformações estruturais (LEITE; KOWARICK, 2018; SARAIVA; MATOS; AGUIRRE, 2019). Os sujeitos entrevistados apontam que, para que a sustentabilidade seja real, é preciso condições materiais mínimas, acesso a políticas públicas e respeito à cultura e à história dos territórios.

Além disso, as entrevistas revelam que muitos apicultores associam a sustentabilidade à organização coletiva e à cooperação entre os trabalhadores, como meios de resistência à precariedade. O Participante 07 afirmou:

> *"A gente sozinho não consegue muita coisa. Mas em grupo, na associação, a gente consegue lutar e sobreviver."*

O Participante 02 também destacou:

> *"Tudo que consegui foi com ajuda dos outros. A associação não é só pra vender, é pra gente se apoiar."*

Essa dimensão coletiva da sustentabilidade é fundamental no contexto do desenvolvimento rural emancipatório, pois indica a construção de formas de sociabilidade baseadas na solidariedade e na participação ativa dos sujeitos na transformação de sua realidade. Como defendem Roulier e Katishi (2022), a saída para o colapso socioambiental passa por práticas que priorizem a vida, os territórios e os vínculos comunitários, em oposição às soluções tecnocráticas e individualistas.

Portanto, esta categoria permite afirmar que, embora os discursos dominantes sobre sustentabilidade estejam distantes dos sujeitos pesquisados, as práticas desenvolvidas por eles apontam para um modelo alternativo e contra hegemônico de desenvolvimento rural, baseado na resistência, na solidariedade e na sabedoria acumulada no território. Trata-se de uma sustentabilidade vivida, construída a partir de baixo, com forte densidade ética, ecológica e social.

Categoria 4 – Limites das políticas públicas e da ação estatal no contexto rural

Esta categoria reúne os sentidos atribuídos pelos participantes à presença — ou ausência — do Estado em suas experiências enquanto apicultores familiares no semiárido potiguar. A partir da análise interpretativa, observa-se uma percepção amplamente partilhada de que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável são insuficientes, desarticuladas ou inexistentes. Essa lacuna estatal não apenas dificulta a viabilidade econômica das práticas apícolas, mas também contribui para a deslegitimação simbólica dos sujeitos do campo como atores do desenvolvimento, conforme evidenciado ao longo das entrevistas.

Para a maioria dos apicultores entrevistados, o suporte público é descrito como pontual, fragmentado ou burocrático, quando não totalmente ausente. O Participante 04 relata:

> *"A gente escuta que tem projeto, que tem programa, mas na prática mesmo, quem faz é a gente. O apoio que vem do governo é pouca coisa, e quando vem, já vem complicado."*

Essa declaração evidencia não apenas o descompasso entre as políticas formuladas em instâncias superiores e as necessidades concretas das comunidades rurais, mas também a dificuldade de tradução dessas políticas para a linguagem, os contextos e as vivências dos sujeitos locais. Como apontam Saraiva, Matos e Aguirre (2019), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável carecem de mecanismos vinculantes e permanecem distantes das realidades territoriais.

No caso da apicultura familiar, essa distância se expressa não apenas na ausência de ações diretas, mas na incompreensão dos próprios produtores sobre a existência ou aplicabilidade das políticas públicas voltadas ao seu setor. Isso reforça a crítica de que o modelo de desenvolvimento sustentado por metas globais não considera os modos de vida, as práticas e os saberes locais, limitando o engajamento e o reconhecimento dos sujeitos nas estratégias de transformação.

Outra dimensão presente nas falas é a crítica à descontinuidade das ações públicas. Muitos participantes narram experiências frustradas com políticas que não se consolidaram, ou que foram implementadas de forma precária. O Participante 12 comentou:

> *"Já teve época que apareceu um técnico pra ensinar manejo, mas depois sumiu. Não teve continuidade, nem retorno. A gente ficou por conta própria."*

Essa experiência aponta para a fragilidade institucional da ação pública no campo,

especialmente no que diz respeito à extensão rural, ao acesso à assistência técnica permanente e à formação profissional — elementos que seriam fundamentais para o fortalecimento da apicultura como atividade estratégica de desenvolvimento sustentável. Isso corrobora o diagnóstico de Leite e Kowarick (2018), segundo o qual as políticas participativas vêm sendo progressivamente substituídas por mecanismos de regulação tecnocrática, enfraquecendo a dimensão social da sustentabilidade.

Além da ausência de apoio técnico, os entrevistados também ressaltaram a dificuldade de acesso ao crédito, infraestrutura e escoamento da produção. O Participante 06 afirmou:

> *"A gente precisa de estrada boa, de acesso pra vender o mel, de preço justo. Mas isso ninguém resolve. A cooperativa ajuda, mas sozinha não dá conta."*

Essa fala demonstra que a sustentabilidade das práticas apícolas está diretamente condicionada a um conjunto de fatores estruturais que extrapolam a responsabilidade individual dos produtores. A ausência de investimento público em infraestrutura e comercialização perpetua a desigualdade no acesso aos mercados e a vulnerabilidade econômica das famílias rurais. Como destaca Wanderley (2007), um projeto de desenvolvimento rural emancipatório requer o enfrentamento das desigualdades territoriais e a valorização das redes locais como estratégia de permanência no campo.

Mesmo diante desse cenário de precarização e negligência institucional, os apicultores demonstram resiliência e capacidade de auto-organização. Muitos reconhecem o papel estratégico das cooperativas e associações como substitutos parciais da ausência do Estado. O Participante 07 afirmou:

> *"Se não fosse pela associação, muita gente já tinha parado. É com ela que a gente consegue vender, receber material e aprender."*

Essa mobilização coletiva em torno da atividade apícola aponta para uma dinâmica de organização social autônoma, que, embora limitada, representa um caminho concreto para a construção de formas de sustentabilidade baseadas no protagonismo local. Conforme argumenta Sachs (2007), o desenvolvimento só pode ser considerado sustentável quando incorpora a participação efetiva dos sujeitos e promove sua autonomia socioprodutiva.

Em síntese, esta categoria evidencia que a ausência de políticas públicas estruturadas e

contínuas constitui um obstáculo real à efetivação do desenvolvimento sustentável no campo. Apesar das ações resilientes promovidas pelos apicultores, o Estado permanece distante, fragmentado e burocrático, o que compromete a construção de um modelo de desenvolvimento rural que seja verdadeiramente justo, territorializado e emancipador.

Com o objetivo de sintetizar os principais achados empíricos da pesquisa, o quadro a seguir organiza as quatro categorias de análise construídas a partir das entrevistas realizadas com os apicultores familiares da Mesorregião do Oeste Potiguar. Para cada categoria, são destacados os elementos centrais identificados nas falas dos participantes, bem como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com os quais esses achados mantêm relação direta ou indireta. Essa sistematização permite visualizar, de forma articulada, como as percepções, práticas e críticas dos sujeitos pesquisados dialogam — ou entram em tensão — com os referenciais globais do desenvolvimento sustentável.

Quadro 4 – Categorias de Análise, Principais Achados e Relação com os ODS

Categoria de Análise	Principais Achados	ODS Relacionados
1. Percepção e ressignificação dos ODS no território	Baixo conhecimento sobre os ODS; práticas sustentáveis são realizadas sem vínculo com o discurso institucional; os ODS são vistos como distantes da realidade local.	ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS 17 (Parcerias e meios de implementação)
2. Sentidos atribuídos à apicultura no contexto rural	A apicultura é percebida como fonte de renda, pertencimento e tradição; promove vínculos comunitários e favorece a permanência no campo.	ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis)
3. Sustentabilidade e emancipação no campo	Sustentabilidade é associada à convivência com o semiárido, autonomia e herança cultural; há uma busca por dignidade e justiça territorial.	ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), ODS 15 (Vida terrestre), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis)
4. Crítica à ausência do Estado e à universalização das políticas globais	Políticas públicas são desconhecidas ou percebidas como ausentes; há dificuldade de acesso, descontinuidade e falta de articulação; os ODS não dialogam com os sujeitos locais.	ODS 10 (Redução das desigualdades), ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 17 (Parcerias e meios de implementação)

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Dessa sistematização analítica, emerge com clareza um conceito de desenvolvimento emancipatório que se estrutura a partir da autonomia dos sujeitos, do pertencimento ao território, da sustentabilidade ambiental praticada no cotidiano, da cooperação entre pares e da valorização dos saberes locais e tradicionais. Esses elementos não apenas perpassam as falas dos apicultores familiares da Mesorregião do Oeste Potiguar, mas constituem a base de uma racionalidade alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural. A apicultura, nesse contexto,

revela-se como prática socioprodutiva que articula trabalho, cultura, resistência e cuidado com o meio ambiente — aspectos que extrapolam a lógica economicista comumente associada à noção de sustentabilidade.

Quadro 5 - Contribuições e Contradições dos ODS para o Desenvolvimento Emancipatório na Apicultura Familiar

ODS QUE CONTRIBUEM	ODS CONTRADITÓRIOS
ODS 1: Erradicação da pobreza	ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura
ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável	ODS 12: Consumo e produção responsáveis
ODS 5: Igualdade de gênero	ODS 13: Ação contra a mudança global do clima
ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico	ODS 17: Parcerias e meios de implementação
ODS 15: Vida terrestre	

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A partir da análise das entrevistas, observou-se que alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dialogam diretamente com essas práticas territoriais e com a realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa. É o caso do ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), ODS 5 (Igualdade de gênero), ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) e ODS 15 (Vida terrestre). Tais objetivos refletem as dimensões sociais, econômicas e ambientais do cotidiano dos apicultores, que encontram na apicultura uma alternativa viável para garantir sua reprodução social com dignidade, mantendo vínculos afetivos e produtivos com o território.

Por outro lado, a análise também revelou que alguns ODS se apresentam de forma contraditória frente à realidade dos entrevistados. É o caso do ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis), ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) e ODS 17 (Parcerias e meios de implementação). Embora esses objetivos abordem temas relevantes, suas formulações tecnocráticas e generalistas não dialogam com os desafios concretos enfrentados pelos pequenos produtores rurais. As falas evidenciam a ausência de políticas públicas eficazes, a falta de infraestrutura básica, a invisibilidade dos saberes locais nas estratégias institucionais e a distância entre as metas globais e as condições reais de produção e vida no semiárido.

Dessa forma, os achados da pesquisa apontam para a urgência de reconhecer os territórios como espaços de produção de conhecimento, de práticas sustentáveis e de resistência, valorizando os sujeitos que neles vivem como protagonistas de um modelo de desenvolvimento efetivamente emancipador. Repensar os ODS à luz das experiências locais significa superar a perspectiva normativa e abstrata, abrindo espaço para formas plurais de sustentabilidade que nascem do chão,

do convívio comunitário e da sabedoria acumulada por gerações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar como a apicultura familiar praticada no semiárido do Rio Grande do Norte evidencia as limitações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a efetivação de um modelo de desenvolvimento rural emancipatório. Para isso, foram definidos três objetivos específicos: (1) compreender os sentidos atribuídos pelos apicultores familiares à sustentabilidade, ao desenvolvimento rural e às políticas públicas que incidem sobre o território; (2) identificar contradições entre os pressupostos normativos dos ODS e as práticas e necessidades reais dos agricultores familiares; e (3) investigar o potencial da apicultura como prática alternativa capaz de promover uma sustentabilidade enraizada nos territórios.

A partir da abordagem qualitativa e interpretativa adotada e da escuta de 12 apicultores familiares cooperados da Mesorregião do Oeste Potiguar, foi possível alcançar os três objetivos propostos. As entrevistas revelaram que, embora os apicultores tenham pouco ou nenhum contato direto com o discurso institucional dos ODS, suas práticas refletem valores profundamente alinhados à sustentabilidade ecológica, social e econômica. Os sentidos atribuídos à apicultura estão associados à permanência no campo, à autonomia produtiva e à valorização de saberes tradicionais, revelando um modelo de desenvolvimento construído desde os territórios, com base em vínculos comunitários e experiências coletivas.

Nesse contexto, emerge um conceito alternativo e contra hegemônico de desenvolvimento emancipatório, centrado em cinco dimensões fundamentais: autonomia, pertencimento territorial, sustentabilidade ambiental, cooperação comunitária e saberes locais. A apicultura familiar se mostra como uma expressão concreta desse modelo, funcionando como prática socioprodutiva que articula renda, identidade, cuidado com o meio ambiente e resistência frente à ausência de políticas públicas efetivas. Trata-se de uma forma de desenvolvimento territorial construído “de baixo para cima”, que desafia as narrativas globais centradas em inovação tecnológica, crescimento econômico e padronização das práticas.

Os dados evidenciaram também a distância entre as metas globais dos ODS e as realidades locais, não apenas pela ausência de políticas públicas eficazes, mas pela dificuldade de tradução dessas diretrizes globais para o cotidiano dos agricultores. A percepção de abandono por parte do Estado, somada à descontinuidade das ações governamentais e à invisibilidade dos sujeitos rurais nas agendas internacionais, reforça a crítica de que o desenvolvimento sustentável proposto por

instrumentos normativos internacionais ainda se mostra insuficiente para promover transformação social efetiva nos territórios periféricos.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi plenamente atendido. A apicultura familiar demonstrou ser uma prática estratégica não apenas para a geração de renda, mas para a construção de formas alternativas de desenvolvimento que valorizam o território, a justiça social e a sustentabilidade vivida no cotidiano dos sujeitos. Ao revelar as limitações dos ODS na prática e propor uma leitura crítica a partir das experiências locais, este estudo contribui de forma original para o debate sobre modelos de desenvolvimento rural sustentáveis e emancipatórios.

Como toda pesquisa empírica e qualitativa, este trabalho apresenta limitações. O recorte territorial concentrado na Mesorregião do Oeste Potiguar restringe a generalização dos achados para outras regiões. Além disso, os participantes pertencem a uma rede cooperativa já consolidada, o que pode não refletir a realidade de apicultores isolados ou fora de arranjos associativos. Também se destaca a ausência de análise documental complementar, como leis, programas locais e políticas de fomento, que poderia aprofundar o entendimento sobre o papel do Estado na configuração da apicultura na região.

Sugere-se que futuras pesquisas ampliem o escopo territorial, incluindo outras regiões do semiárido brasileiro, e diversifiquem o perfil dos sujeitos, considerando produtores não vinculados a cooperativas ou movimentos sociais. Investigações que combinem análise qualitativa com abordagens quantitativas, ou que incorporem análise documental de políticas públicas locais e nacionais, também poderão enriquecer o debate e oferecer subsídios mais amplos para o fortalecimento da agricultura familiar e das práticas sustentáveis no campo.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: os fundamentos científicos da agricultura alternativa*. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

BECKERS, A. C. B. R.; PINHEIRO, D. M.; WINTER, L. A. C. Globalização, mudança climática, a implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável nº 13 e o atual impasse do Estado Brasileiro: por uma Agenda 2030. *Revista Interinstitucional de Interdisciplinaridade Jurídica*, v. 2, n. 2, 2019. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/inter/article/download/29983/17620. Acesso em: 16 maio 2025.

BNEWS. Brasil produziu 46 milhões de toneladas de mel em 2021, aponta associação. *BNews Agro*, 2022. Disponível em: https://www.bnews.com.br/noticias/bnews-agro/brasil-produziu-46-milhoes-de-toneladas-de-mel-em-2021-aponta-associacao.html. Acesso em: 16 maio 2025.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S. (Org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estados*. 2016a Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rn. Acesso em: 20 julho de 2025.

BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2017: Agricultura Familiar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa da Pecuária Municipal – 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 16 maio 2025

CARNEIRO, M. J. A. Desenvolvimento rural e agricultura familiar: trajetórias e desafios no Brasil. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 20, n. 1, p. 45–70, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Anuário Estatístico da Agricultura Familiar - 2024 / Ano 3*. Brasília: CONTAG, 2024. Disponível em: https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/JORNADA/article/download/16783/11206/. Acesso em: 16 maio 2025.

CRESWELL, J. W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. E-book. p.148. ISBN 9788565848893. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848893/. Acesso em: 12 abril. 2025.

DANTAS, D. H. J. *Uma análise da apicultura do Rio Grande do Norte sob a ótica sustentável dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2024.

DOS SANTOS, C. S.; DE SOUZA, R. A. Apicultura: uma alternativa na busca do desenvolvimento sustentável. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v.

4, n. 3, p. 1, 2009.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *ABC da Agricultura Familiar – Criação de abelhas (Apicultura)*. Brasília: Embrapa, 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Sustentabilidade na Agricultura Familiar*. Brasília: Embrapa, 2020. Disponível em: https://www.embrapa.br. Acesso em: 16 maio 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Desafios de inovação para a agricultura familiar – Estratégia para a Agricultura Familiar: visão de futuro rumo à inovação*. Brasília: Embrapa, 2020.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. *United Nations Decade of Family Farming 2019–2028: Global Action Plan*. Roma: FAO, 2019.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa . 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008. E-book. pág.150. ISBN 9788536318523. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536318523/. Acesso em: 12 fev. 2025.

GIOVANNONI, E.; FABIETTI, G. What is sustainability? A review of the concept and its applications. In: *Accounting and Management of Sustainability*, 2013, p. 21-40.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v. 5, n. 1, p. 1–11, 2005.

KLOSOWSKI, A. L. M.; KUASOSKI, M.; BONETTI, M. B. P. Apicultura brasileira: inovação e propriedade industrial. *Revista Agropecuária Brasileira*, v. 29, n. 1, p. 41–58, 2020. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/145358/1/ART16016.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

LEITE, S. P.; KOWARICK, M. Planejamento e participação social nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 1, p. 9–30, 2018. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10059. Acesso em: 10 maio 2025.

LOURENÇO, M. S. M.; CABRAL, J. E. O. Apicultura e sustentabilidade: visão dos apicultores de Sobral (CE). *Revista Agroambiental*, v. 9, n. 1, p. 93–115, 2016.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLALDE, A. R. *Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável*. Ilhéus, BA: CEPLAC, 2004.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030. Acesso em: 16 maio 2025.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista*

de Economia e Sociologia Rural, v. 52, n. supl. 1, p. 63–84, 2014.

PIRES, P. F. F. *Políticas públicas de apoio à agricultura familiar como estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão de escopo*. 2021. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.6.2021.tde-24062021-191632.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

ROULIER, C.; KATISHI, R. O colapso ecológico já chegou: caminhos para repensar o desenvolvimento e as alternativas emancipatórias. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, 2022. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4576/457669807002/457669807002.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

SACHS, I. *Inclusão social pelo trabalho sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SACHS, J. D. *A era do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SARAIVA, S. H. R.; MATOS, H. C.; AGUIRRE, H. P. Lo rural y el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe. In: FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *Estado de la Alimentación y la Agricultura 2019*. Santiago: FAO, 2019. Disponível em: https://www.fao.org/3/ca6030es/ca6030es.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a agricultura familiar: oportunidades e desafios. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v. 14, n. 37, p. 229–257, 2016.

SOUZA, D. C. Apicultura orgânica: alternativa para área de exploração da região do semiárido nordestino. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 14., 2002, Campo Grande, MS. *Anais*... Campo Grande: CBA:UFMS: FAAMS, 2002. p. 133–135.

SOUZA, F. O.; ALCICI, N. M. F. Cartilha: Mel e outros produtos da colmeia. Disponível em: https://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/12713/cartilha_mel-a.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

SOUZA, J. C. A importância ecológica das abelhas e da apicultura para o semiárido brasileiro. *Revista Ciência Hoje*, v. 30, n. 176, p. 42-45, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 15, n. 1, p. 87–139, 2007

WCED – WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZORZO, F. B. et al. Desenvolvimento sustentável e Agenda 2030: uma análise dos indicadores brasileiros. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, v. 19, n. 2, p. 160–182, 2022.

APÊNDICE 01 – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Título da pesquisa: Limitações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no alcance do desenvolvimento rural sustentável: a apicultura como estudo de caso para evidenciar lacunas e potencialidades.

1. Dados iniciais do participante

- Município:
- Idade:
- Gênero:
- Escolaridade:
- Participa de alguma associação ou cooperativa? Qual?
- Há quanto tempo atua na apicultura?

2. Condições gerais de vida e trabalho

1. De que forma a atividade da apicultura contribui para sua renda e a da sua família?
2. Que outras fontes de sustento fazem parte do seu dia a dia?
3. O que mais o(a) motivou a começar ou permanecer na apicultura?

3. Desenvolvimento local e políticas públicas

4. Na sua opinião, o que significa viver com qualidade de vida em sua comunidade?
5. Existem ações do governo (municipal, estadual ou federal) que apoiam seu trabalho como apicultor(a)? Poderia comentar?
6. Você considera que a apicultura ajuda a fortalecer sua comunidade? De que forma?

4. Sustentabilidade e meio ambiente

7. O senhor(a) percebe alguma mudança no clima, chuvas ou temperaturas nos últimos anos? Isso afeta sua atividade?
8. Como o senhor(a) lida com a preservação do meio ambiente em relação ao trabalho com as abelhas?
9. Existe algum tipo de manejo sustentável que o(a) senhor(a) utiliza para proteger a natureza ao redor?

5. ODS e percepções sobre políticas globais

10. O senhor(a) já ouviu falar sobre os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” que a ONU propôs?
11. Na sua vivência, essas ideias de desenvolvimento sustentável fazem sentido? Ajudam de

alguma forma no campo?

12. O que seria, para o(a) senhor(a), uma forma justa e duradoura de melhorar a vida no campo?

6. Considerações finais

13. Existe algo que o(a) senhor(a) gostaria de acrescentar sobre sua experiência com a apicultura, com a vida na comunidade ou com os desafios que enfrenta?

14. Alguma sugestão ou mensagem que gostaria de deixar registrada nesta pesquisa?

APÊNDICE 02 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada **"Limitações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no alcance do desenvolvimento rural sustentável: a apicultura como estudo de caso para evidenciar lacunas e potencialidades"**, desenvolvida como trabalho de conclusão de curso de graduação em Administração pela estudante Indira Carolina Silva Costa, sob orientação da Profª Drª Elisabete Stradiotto Siqueira, na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), campus Mossoró/RN.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como a apicultura familiar praticada no Alto Oeste potiguar evidencia as limitações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na promoção de um desenvolvimento rural efetivamente sustentável e emancipatório.

Sua participação consiste na realização de uma entrevista presencial, com duração aproximada de 30 minutos. As entrevistas serão gravadas (áudio), mediante sua autorização, para posterior transcrição e análise. Todas as informações fornecidas serão tratadas com total sigilo e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. Nenhum dado individual será divulgado, e a sua identidade será preservada.

Sua participação é voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento, sem prejuízo algum. Você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe cause desconforto, bem como encerrar sua colaboração caso deseje.

Você receberá uma cópia deste Termo. Em caso de dúvidas, poderá entrar em contato diretamente com a pesquisadora ou com a orientadora responsável.

Consentimento Livre

Marque uma das alternativas abaixo, concordando ou discordando em participar desta pesquisa:

( ) Concordo em participar desta pesquisa **Limitações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no alcance do desenvolvimento rural sustentável: a apicultura como estudo de caso para evidenciar lacunas e potencialidades"".** Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, dos procedimentos e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação

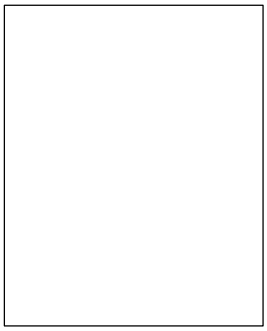
em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

( ) Não concordo em participar da pesquisa.

_____, _____/_____/_____.

_____

Assinatura do Pesquisador



Impressão Datiloscópica

_____

Assinatura do Participante